

ECONOMIA

Sem FMI, país não fechava contas

Disparada do dólar em 2002 reduziu déficit externo, mas Brasil continua vulnerável

Enio Vieira

BRASÍLIA

A disparada nas cotações do dólar no ano passado provocou a surpreendente queda de 66,5% do déficit externo do Brasil — o que significa uma redução da dependência frente a capitais externos privados. No entanto, as contas do país só fecharam 2002 graças ao pacote de ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com a drástica redução do financiamento externo para o Brasil no ano passado, o dólar ficou mais caro e caíram importações e viagens ao exterior. O déficit das transações correntes (soma dos resultados do comércio exterior, viagens internacionais, pagamento de juros das dívidas e remessas de lucros) caiu de US\$ 23,212 bilhões em 2001, ou 4,55% do Produto Interno Bruto (PIB), para US\$ 7,758 bilhões no ano passado, ou 1,67% do PIB.

Embora o resultado numérico tenha sido o melhor desde 1994, quando o déficit ficou em US\$ 1,811 bilhão (0,33% do PIB), os recursos do socorro financeiro do FMI foram fundamentais: os empréstimos e investimentos passaram de um total de US\$ 27,925 bilhões em 2001 para US\$ 12,003 bilhões em 2002. Dos dólares que entraram no ano passado, US\$ 11,48 bilhões foram do empréstimo FMI.

A expectativa do BC é de que, com a volta do financiamento externo, seja possível cobrir o déficit corrente de US\$ 6,5 bilhões previsto para 2003 com investimentos estrangeiros diretos de US\$ 16 bilhões (o mesmo volume de 2002). O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, aposta que o ajuste das contas externas será contínuo.

— O ajuste das contas externas será permanente devido à substituição de importações e à queda da dívida externa.

O economista Antônio Corrêa de Lacerda, da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) discorda:

— A queda das transações correntes foi mais uma adaptação à situação internacional adversa. É um ajuste forçado às custas de um baixo crescimento da economia, dólar hipervalorizado, aumento da dívida pública e inflação maior.

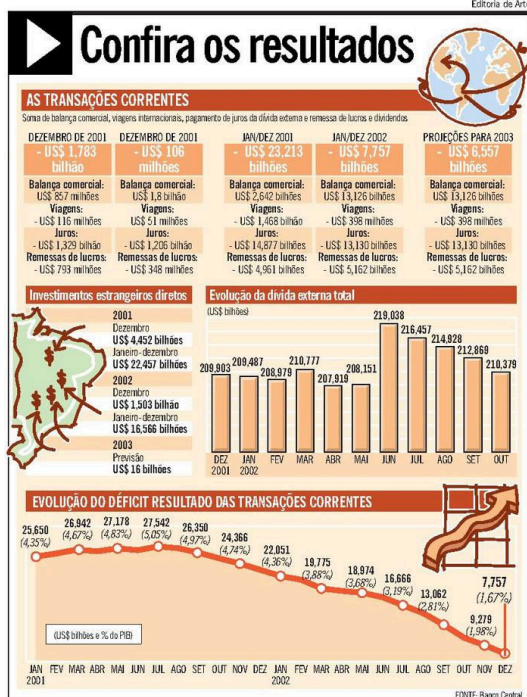
Ajuste se deu graças à queda de importações

• Para Lacerda, o governo do PT se mostra disposto e precisa atacar três áreas para não depender de dólar caro para se equilibrar: incentivos à exportação, melhorias de competitividade e acesso a novos mercados. O economista diz que o governo anterior se ancorou apenas no câmbio flutuante para o ajuste externo e só no fim do ano passado apresentou programas de exportação.

O ajuste das contas externas em 2002 veio sobretudo da queda de 15% nas importações, o que fez o superávit comercial saltar de US\$ 2,642 bilhões em 2001 para US\$ 13,126 bilhões. Em 2003, a previsão é de um superávit de US\$ 15 bilhões. Os gastos com viagens ao exterior caíram de US\$ 1,468 bilhão em 2001 para US\$ 398 milhões no ano passado. Na mesma comparação, o pagamento de juros da dívida externa diminuiu de US\$ 14,877 bilhões para US\$ 13,130 bilhões, pois as empresas tiveram uma queda de US\$ 9,905 bilhões em suas dívidas entre janeiro e outubro de 2002.

► NO GLOBO ON LINE:

Veja como estão as reservas internacionais do país
www.oglobo.com.br



Investimento direto caiu 26%

Holanda, o maior aplicador

Patricia Eloy

• O fluxo de investimento direto estrangeiro no Brasil caiu 26% em 2002. De acordo com levantamento feito pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), no ano passado ingressaram no país US\$ 16,6 bilhões (em valores brutos), contra US\$ 22,5 bilhões registrados em 2001. Os Estados Unidos, tradicionalmente o maior investidor no Brasil, perdeu no ano passado esta posição para a Holanda.

— O mundo se retraiu para as economias emergentes, consideradas de maior risco. Nos EUA, o quadro se agrava diante das fraudes contábeis. Se você não sabe o valor dos ativos, como pensar em investir? — questiona Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Mas a ascensão da Holanda no ranking — o investimento em 2002 foi de US\$ 3,34 bilhões contra US\$ 1,89 bilhão em 2001 — não é mérito apenas do encolhimento dos investimentos dos Estados Unidos.

— Muitas multinacionais com filial na Holanda usam o país como centro dos negócios, já que, depois dos paraísos fiscais, é o lugar que oferece mais vantagens tributárias — diz Antônio Corrêa de Lacerda, da Sobeet.

Em 2002, a indústria cresceu no ranking de captações: recebeu US\$ 7,6 bilhões, contra US\$ 7 bilhões do ano anterior. Já o setor de serviços encolheu.

Palocci defende superávit primário alto

Ministro diz que aumento de juros foi necessário para reduzir inflação à metade

Flávia Oliveira

• PORTO ALEGRE. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem que a dívida pública brasileira obrigará o Brasil a manter superávits primários altos mesmo depois de terminado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, essa é a forma inequívoca de demonstrar que o país tem uma dívida sustentável, que será paga. Palocci reafirmou seu compromisso com o ajuste das contas públicas na capital gaúcha, onde se encontrou com o governador Germano Rigotto (PMDB) e empresários, antes de embarcar para o Fórum Econômico, em Davos, na Suíça.

— Mesmo depois que acabar o contrato com o Fundo Monetário, teremos de fazer superávit porque temos dívida. Quem tem dívidas precisa pagá-las. Se não pagá-las, desarranja a economia, o crédito desaparece. Há países da América Latina que estão vivendo essa realidade. Não queremos nem de longe correr esse risco — disse ele, ressaltando, entretanto, que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não vai abandonar os projetos sociais.

Antonio Palocci disse que a elevação dos juros para 25,5% foi necessária para que se reduza a inflação à metade até o fim do próximo ano.

— Meu desejo era vir ao Rio Grande Sul trazendo medidas extremamente favoráveis ao desenvolvimento econômico, mas venho após o Copom ter decidido aumentar os juros. Essa é a nossa realidade. A crise pela qual o país passou exige medidas que não são de nossa vontade, mas são necessárias para que possamos, espero que num curto espaço de tempo, superar as dificuldades e trabalhar com juros mais baixos — disse o ministro.

Ministro diz que as críticas são naturais

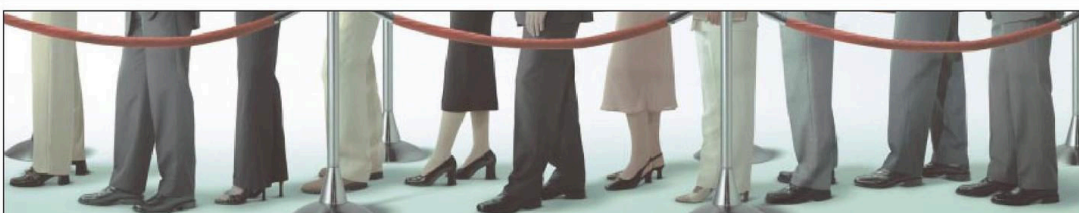
Palocci não se importou com as críticas de sindicalistas e líderes empresariais à elevação da Selic. Disse saber que o Brasil inteiro, não apenas o governo, espera a redução dos juros, mas deixou claro que ela só ocorrerá no momento adequado e de forma sustentável. Palocci afirmou ainda que a política monetária é uma atribuição técnica do Banco Central, na qual ele não pretende interferir.

— Vamos agir com responsabilidade. As críticas são naturais. Eu jamais vou esperar que um sindicalista ou um empresário comemorem aumento de juros. Mas quando elas são necessárias, elas são necessárias.

Antes de almoçar e discursar na sede da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fedorasul), Antonio Palocci se reuniu reservadamente com cerca de 40 líderes empresariais gaúchos. Antes mesmo que os empresários manifestassem descontentamento pela elevação dos juros, o ministro defendeu a medida.

Segundo o presidente da Fedorasul, Paulo Afonso Feijó, os empresários saíram satisfeitos do encontro com Palocci. O ministro pediu a ajuda dos executivos e do governador gaúcho para aprovação da reforma tributária. Feijó disse que o empresariado está plenamente sintonizado com o discurso do novo ministro da Fazenda.

— Ninguém falou especificamente de juros, porque o ministro de imediato saiu em defesa do Banco Central. Ele disse que se trata de uma questão técnica e, como nós, tem esperança de que as taxas caiam rapidamente — disse Feijó.



TEM COISAS NA VIDA QUE FAZEM VOCÊ PERDER TEMPO. NOSSO INGLÊS NÃO.

Cultura Express. O melhor inglês para adultos em até 3 anos.
Os melhores professores e a melhor tecnologia para você que não tem tempo a perder.

0800 209 209

CULTURA INGLESA

